

COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAO

Documento de Formalização da Demanda 354/2026

Número do Documento de Formalização da Demanda: 354/2026

1. Informações Gerais

Área requisitante	Data da conclusão da contratação	UASG	Editado por
CGAD-DLOG	31/12/2026 00:00	200334	RUI NOBERTO PEREIRA DA SILVA
Descrição sucinta do objeto			
Contratação de evento de capacitação para servidores da Polícia Federal que executam atividades relacionadas ao serviço de Execução Financeira			

2. Justificativa de Necessidade

3.1. Os órgãos e entidades da Administração Pública são obrigados, em regra, a realizar licitações para aquisição de bens ou contratações de serviços, por força do mandamento insculpido no inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal, que estatui:

" Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

Emenda Constitucional n.º 132/2023 promoveu a mais ampla e profunda Reforma Tributária das últimas décadas, instituindo novos tributos — Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e Imposto Seletivo (IS) — e estabelecendo um extenso e complexo período de transição, que se inicia em 2026 e se estende por vários anos. Essa mudança estrutural substituirá gradualmente PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, impactando diretamente os preços praticados no mercado, a apropriação de créditos, as obrigações acessórias e os procedimentos relacionados às contratações públicas.

Diante desse novo cenário normativo, torna-se imprescindível a participação dos servidores em curso específico sobre Reforma Tributária, a fim de garantir que atuem com segurança jurídica, eficiência e precisão ao analisar estimativas de custos, composições de preços, propostas comerciais, execução contratual e demais fases do processo de compras governamentais.

A capacitação justifica-se pelos seguintes motivos:

1. **Adaptação obrigatória às novas regras de transição:**

A coexistência entre tributos antigos e novos demandará conhecimento detalhado sobre percentuais de redução, migração gradual e interpretação das normas aplicáveis, especialmente no período compreendido entre 2026 e 2033.

2. **Simplificação tributária e substituição de tributos:**

O novo modelo de IVA dual introduz mudanças profundas na estrutura de créditos, alíquotas, classificação de bens e serviços e impactos financeiros, exigindo atualização imediata dos profissionais que lidam com planejamento e execução de contratações.

3. **Gestão de riscos, compliance e prevenção de falhas:**

A ausência de capacitação pode resultar em equívocos na formação de preços, glosas de créditos, pagamentos indevidos, divergências na análise de vantajosidade e potencial responsabilização administrativa. O treinamento atua como ferramenta essencial de mitigação desses riscos.

4. **Impactos no planejamento tributário governamental e no mercado fornecedor:**

As novas regras do Simples Nacional, a incidência do Imposto Seletivo e as alíquotas diferenciadas afetarão diretamente o comportamento dos fornecedores e a precificação de bens e serviços, exigindo dos servidores capacidade analítica para interpretar as mudanças e tomar decisões técnicas seguras.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nenhum material incluído.

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	Outros serviços de educação e treinamento	Treinamento qualificação profissional	6,00	3.990,00	23.940,00

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RUI NOBERTO PEREIRA DA SILVA

Equipe de apoio

5. Acompanhamento

Id	Acompanhamento	Responsável	Data
1	Demanda posterior aos prazos estabelecidos	RUI NOBERTO PEREIRA DA SILVA	14/04/2026 10:23

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.